

## **MENINOS E MENINAS DE RUA E A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA**

Priscila Silva de Oliveira<sup>1</sup>; Maisa Pomarolli Bernabé<sup>2</sup>

1. Docente da Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (MULTIVIX)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós Graduação (Lato Sensu) em Transdisciplinaridade e Clínica pela Faculdade Saberes. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

2. Graduação em Psicologia pela Faculdade Brasileira (MULTIVIX)

### **RESUMO**

Este trabalho tematiza a situação dos meninos e meninas que moram nas ruas e a judicialização da vida. Objetivou-se refletir sobre os modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua, bem como estes se reinventam e se afirmam resistentes aos projetos de leis e políticas públicas que visam à proteção da criança através da apropriação de suas vidas. Como perspectiva metodológica, o trabalho apresentou-se pelas narrativas, segundo a ideia de Walter Benjamin. A proposta de Walter Benjamin permite que o narrador relate a experiência através de ensinamentos. Assim, a fim de promover um olhar diferente aos meninos em situação de rua, foi utilizado para a produção da narrativa, a obra do escritor brasileiro, Jorge Amado, *Capitães da Areia*. A análise da obra foi satisfatória ao permitir um encontro com a vivência desses meninos, um olhar diferenciado sobre o cotidiano do grupo subalterno e a identificação de uma vida diferente. Os estudos realizados foram norteados a partir da fundamentação teórica de autores da Psicologia Institucional.

**Palavras-chave:** Psicologia. Benjamin. Subalterno. Ruas. Judicialização.

### **INTRODUÇÃO**

O ingresso no Estágio Supervisionado na Primeira Vara de Infância e Juventude de Cariacica proporcionou o contato com alguns meninos e meninas de rua no Estado do Espírito Santo. O desejo de conhecer essas crianças brasileiras, suas práticas e suas singularidades para além da instituição, impulsionou a realização deste trabalho. Assim, a partir do encontro com a obra de Jorge Amado (2015), *Capitães da Areia*, foi possível vislumbrar as potências e as constantes reinvenções das personagens para escapar das dificuldades encontradas pelo caminho. Pedro Bala, Dora, Sem-Pernas e Professor são meninos como aqueles que vagam pelas ruas do Estado. Famélicos, sofridos e plenos de desejos, vivenciam uma vida diferente, repletos de questionamentos e resistências aos modelos impostos.

O trabalho tem como objetivo a tentativa de dar visibilidade aos meninos e meninas moradores de rua, valorizando o discurso dessa população, mostrando potências de vida, resistências e afirmando a possibilidade de uma vida diferente. Como modalidade de pesquisa, a narrativa, segundo a ideia de Walter Benjamin, na obra *Capitães da Areia* (2015), irá possibilitar uma aproximação desse grupo e de sua dimensão vivencial, posto que os meninos da obra se configuram como os jovens encontrados em nossos cotidianos.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

No meio a toda essa mistura está a população de rua, entre adultos e crianças, compondo esses espaços. E enquanto viajava nessa paisagem colorida, eu pensava porque essa população não poderia ser mais uma das cores a compor a aquarela desta paisagem. Este pensamento me toma quando a população de classe média vem me questionar por que não “recolhemos” os meninos em situação de rua, para algum lugar, sem saber qual nem para fazer o quê. Recolhê-los! Como se fossem coisas, ou animais sem dono (ALMEIDA, 2011, p.19).

O presente trabalho propõe uma revisão bibliográfica acerca do tema, modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua, bem como as implicações sociais e políticas sobre o tema. Não se trata aqui de culpar as políticas públicas vigentes no nosso cotidiano, tão pouco a compor um romantismo para a pobreza e possível sofrimento dos moradores de rua. No entanto, é necessário questionar quais os modos de ser criança e de ser adolescente que são produzidos pelas práticas e concepções dos projetos de leis que visam à proteção da criança através do apoderamento de sua infância. Mesmo que seja difícil renunciar propostas diferentes dessa apropriação, já que a concepção de pobreza é continuamente ligada à criminalidade e à imoralidade (TAVARES et al., 2011).

Para Almeida (2011), uma mistura de sentimentos é provocada em relação às pessoas em situação de rua. Há um sentimento de piedade, ao olharmos as condições de extrema pobreza em que essas pessoas vivem; o sentimento de indignação por acreditarmos que elas estão na rua por prostração, juntamente com o sentimento de medo, por acreditar que estes representam algum perigo iminente. Segundo a autora, tais sentimentos não podem ser entendidos como naturais, ou seja, eles são produzidos e, desse modo, podem ser compreendidos historicamente. “A cidade não nasceu como a conhecemos; o lugar das crianças não foi sempre o lugar do cuidado, do ser indefeso; a mulher não foi sempre a “dona do lar”; a rua não foi sempre um lugar de passagem, etc.” (ALMEIDA, 2011, p.25).

Philippe Ariès (1981) vai desconstruir a ideia de que a criança sempre foi um indivíduo fragilizado que necessita da proteção da família e da sociedade. Em “História Social da Criança e da Família” irá afirmar que, até um determinado período na Idade Média, as crianças misturavam-se com os adultos, aproximadamente aos sete anos de idade. Até o século XVI, não havia um sentimento de particularização da infância, e, por isso, as crianças eram vistas como “homens de tamanho reduzido”. No século XVI, um sentimento de paparicação emerge no contexto das famílias. Já no século XVII, o sentimento é de exasperação, ou seja, de hostilidade em relação a esse sentimento de paparicação, que surgiu em meio aos Eclesiásticos e aos homens da lei (até então, raros nesse período). Esses dois sentimentos da infância favoreceram o cenário de uma preocupação em disciplinar as crianças, além da formulação de práticas de cuidados com a sua saúde física (pois tratava-se de um período histórico com elevado índice de mortalidade infantil). Nessa fase, já era considerado que as crianças eram capazes de dispensar suas mães ou amas, e assim participarem da vida coletiva, saindo do espaço privado para o espaço público. Para o autor:

A vida no passado, até o séc. XVII, era vivida em público [...] A densidade social não deixava lugar para família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor (ARIÈS, 1981, p.191).

Por conseguinte, Ariès (1981) mostra que a grande mudança ocorrida, foi a preocupação da família com a educação das crianças no início dos tempos modernos. A noção de educação ou a necessidade desta pressupõe uma diferença, ou seja, a passagem entre a criança e o adulto que não existia na Era Medieval. Com o caráter moral da religião prevalecendo sobre o aspecto sacro, a importância da educação fica destacada. Nessa época, a educação era voltada essencialmente para as crianças e para os jovens. A partir daí, a concepção como meros transmissores de ensinamentos sobre a vida foi transferida para guardiões e responsáveis pela “alma e pelo corpo de seus filhos” (ARIÈS, 1981, p.193).

Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-las unir-se aos adultos. [...] A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas (ARIÈS, 1981, p. 194).

Ariès (1981) conclui que a escola e a família, juntas, retiraram as crianças da sociedade adulta. A escola confinou a criança, outrora livre, a um regime disciplinar, privando-a da liberdade que usufruía com os adultos.

Tratando-se de regime disciplinar, identifica-se que no século XVIII há um investimento no corpo, este que pode ser submisso e manipulado, transformado e aperfeiçoado. Não se trata aqui de cuidar do corpo fisicamente, mas de exercer sobre ele uma coerção ou controle. Foucault (1975, p. 118) ressalta: “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são os que podemos chamar as disciplinas”.

### **OS SABERES SUBALTERNOS**

Pelúcio (2012, p. 399) denuncia que a forma de produzir conhecimento, ainda no contemporâneo, “é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes”. A autora explica que Foucault vai chamar de saberes subalternos, “um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados, em nome de um conhecimento verdadeiro” (PELÚCIO, 2012, p. 401).

A existência de um discurso alacrônico<sup>1</sup> por projetos políticos, institucionalizam meninos e meninas de rua e criam leis para definir o que seria “correto” ou “bom” para aqueles que são considerados como “outros”, desqualificados e tratados como atrasados na maneira de viver. Assim, para Pelúcio (2012, p. 399):

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas.

### **DANDO VISIBILIDADE AOS SUBALTERNOS – CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ao falar de meninos e meninas moradores de rua, é possível questionar o então papel dado à família, em determinado momento histórico, que alega que esta deveria ser responsável pela criação de seus filhos, regulamentando suas condutas e adequando-os às normas sociais impostas. Sendo possível, também, entender o aprisionamento identitário realizado por políticas que institucionalizam esses meninos e meninas com a justificativa de um possível salvamento, quando, porém, esses meninos negando tal processo, reinventam práticas cotidianas visando novas possibilidades de vida.

---

1. Ruiseco e Vargas (2009 apud PELÚCIO, 2012, p. 400) irá conceituar discurso alacrônico como “aquele que resulta da prática de falar do “outro” colocando-o em um tempo distante do tempo daquele em que se está falando”.

Para Kunz (2012) aqueles que vivem nas ruas produzem questionamentos pelas cidades, e assim, implementam novas e antigas estratégias para o controle de suas vidas. É através da criação de políticas públicas de intervenção que esses sujeitos ignorados tornam-se visíveis.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, substituindo o antigo Código de Menores, fica proibido o acolhimento institucional de crianças pobres, uma vez que tal procedimento precisou ser regulamentado juridicamente, posto que ao longo da história brasileira de proteção da criança, a prática de retirada das crianças de suas famílias era comum até o início do século XX. Até a regulamentação desse código, foi se instaurando a ideia, inclusive para as próprias famílias, de que em nome da segurança de seus filhos, é “preferível a institucionalização da criança e do adolescente à permanência em suas famílias pobres. [...] Dessa maneira, em nome da proteção e do cuidado, implantam-se movimentos de controle e de aprisionamento da vida” (NASCIMENTO, 2012, p. 39).

Dentre as mudanças trazidas pelo Estatuto, ressalta-se que a falta ou carência de recursos materiais não mais destituiu o poder familiar, entretanto, a justificativa de negligência ou de desrespeito aos direitos impostos pelo ECA, são agora os motivos para a intervenção estatal. Mesmo com a nova legislação, que entende a criança como sujeito de direito, são produzidas formas hegemônicas de infância e família, que assim, continuam punindo os pobres, agora caracterizados por negligentes, em sua maioria (NASCIMENTO, 2012).

Em 1927, sob a influência de médicos e juristas, foi publicado o Decreto 17.943-A, classificado como o primeiro Código de Menores que regulamentava a assistência e proteção daqueles menores abandonados. Com o código dos menores consagrou-se uma divisão entre as palavras “criança” e “menor”, sendo a primeira relacionada à questão da infância inocente e segunda sempre relacionada à categoria pobre considerada em situação de risco. No estado do Espírito Santo, com a promulgação do Decreto cria-se o “Serviço de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes” (ALMEIDA, 2011).

Segundo Araújo (2007, apud ALMEIDA, 2011, p. 14) a expressão “em situação de rua” é mais utilizada por pesquisas e políticas públicas atuais, sendo, por diversos momentos, a substituição usada para a expressão “moradores de rua”, ao entender que a primeira abarca a condição de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que utilizam o espaço público para obtenção de renda, mendicância ou moradia, seja acompanhados ou não por adultos ou seus familiares.

Em 1941, nasceu o SAM – Serviço de Assistência ao Menor, com o objetivo de orientar e fiscalizar, o serviço estuda os menores para um ajustamento social. Rizzini (1985, apud ALMEIDA, 2011) vai afirmar que esse programa recebia alguns apelidos que denunciavam uma proposta contraditória. SAM como: Escola do Crime; Fábrica de Monstros Morais; SAM – Sem Amor ao Menor.

Através da lei 4.513, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em Dezembro de 1964. O programa visava à integração do menor na comunidade com participação da família ou de famílias substitutas. Contudo, o plano conservava as péssimas condições de existência, oferecia alimentação ruim, espaços precários sem higiene, com alta intolerância e discursos autoritários, não passando de mais um instrumento repressivo do regime militar. Em 1979, reformularam o Código de Menores (Lei nº. 6.696), que decretava a situação de rua como prática irregular e de desvio de

conduta. A fim de cessar com a irregularidade, os genitores eram responsabilizados, e seus filhos, levados aos abrigos e instituições de proteção. Depois do regime militar, várias discussões a cerca dos Direitos Humanos culminaram, e assim, em 1988, promulgou-se a nova Constituição Brasileira que incluía o artigo 227, no qual afirmava-se ser dever da família e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à liberdade e à educação, entre outros (ALMEIDA, 2011).

Em relação aos projetos sociais na cidade de Vitória, Almeida (2011) relata que o projeto “Abordagem de Rua” foi criado em 1994 e teve como modelo o projeto “Axé da Bahia”. Na época, a proposta do projeto não era o abrigamento, mas a produção do desejo de retornar as suas casas, nos meninos em situação de rua. Kunz (2012) complementa que nos últimos anos, a “Abordagem de Rua” propõem uma ação, através do silenciamento e domesticação de indivíduos, com a finalidade de diminuir as queixas e comportamentos intolerantes da sociedade contra os moradores de rua.

Ações que orientavam os moradores para que estes tivessem comportamentos mais toleráveis socialmente eram constantes, e nesse sentido, Kunz (2012) reflete se tal estratégia, que tinha como intenção a mediação dos conflitos sociais, não era apenas um encobrimento de práticas de controle para adequação de comportamentos pré-definidos.

Na atualidade, os variados grupos sociais sentem-se em risco, porém, as construções sociais presentes, identificam os pobres mais expostos às práticas de vulnerabilidade como o principal grupo de risco. Com o sentimento de medo, instaura-se o desejo por segurança, produzindo, assim, a ideia de que a melhor vida é aquela longe do “perigo”. “Entretanto, a vida humana tem fragilidades, e o risco faz parte dela. O risco faz parte da vida ativa. Já que ele é inerente à vida, aboli-lo é apostar na padronização, no controle contínuo e na redução da potência de viver” (NASCIMENTO, 2012, p. 40).

Em nome da proteção, Oliveira e Brito (2013) questionam se produzimos uma humanização da justiça ou uma judicialização do humano, já que as práticas judiciais ultrapassam as relações humanas, fabricam novos tipos de subjetividades, e as leis ou normas encontram-se enraizadas nos modos de vida. Em consequência disso, delimitamos outros modos de existência, vigiamos e fiscalizamos os outros, gerenciando suas vidas a fim de encontrar falhas que necessitem de uma intervenção.

Produzem-se investimentos maciços em segurança, prática que rege nossa gestão, formam-se variados projetos voltados para a atenção à criança e ao adolescente em “situação de risco social”, e, em sua maioria, o controle passa a ser feito não pensando no que se é, mas no que esses jovens das camadas populares podem tornar-se. São propostas políticas preocupadas em afastar a infância da rua, do espaço considerado inseguro, promovendo higienização e exclusão daquilo que não é considerado o correto. “Essa noção aciona a formação de uma série de instituições de sequestro que têm como finalidade fixar os indivíduos sob um controle que se pode exercer por meio da prevenção e da exclusão” (TAVARES et al., 2011, p. 96). Criamos, então, abrigos, programas e intervenções bem intencionadas para a salvação do infante considerado em risco – produzimos *meninos de projetos* (TAVARES et al. 2011).

Uma das características desses projetos sociais é a proteção da criança e do adolescente, aprisionando seu presente, manipulando seu futuro, ignorando seu passado, cultura,

desejos e identidade, que em sua maioria, são diferentes das ciências humanas. Luna (2011, apud TAVARES et al., 2011) problematiza a ideia de que tais órgãos discutem o controle de experiências existências das crianças empobrecidas, desconsiderando o outro em seus próprios termos.

Kunz (2012, p. 26) apresenta uma nova percepção do que seria a opção de morar nas ruas para ela: “são habitantes de um mundo novo, reinventando o que é necessário para existir” e assim, o que é entendido como desordem para a sociedade, para muitos moradores de rua, é a criação de algo novo, a estadia em bancos de praça perturbando a paisagem urbana passa a ser a “criação de outro modo de ver e conviver na cidade” (KUNZ, 2012, p. 26).

O romance de Jorge Amado, de 1937, *Capitães da Areia*, conta a história de crianças e adolescentes que viviam pelas ruas da cidade, dormindo em um trapiche abandonado. O líder, um garoto abandonado de 15 anos de idade, o famigerado Pedro Bala, vagabundava pelas ruas de Salvador desde os 5 anos de idade. A obra, mais que um romance renomado, denuncia a vida de crianças que encontramos diariamente em nossa sociedade. Para, além disso, quebra a ideia do puro sofrimento dessas crianças, vistas ora como coitadas ora como perigosas, mostrando como resistem a um sistema e criam novas formas de vida.

Como os personagens usados por Cerqueira (2010, p. 16), os *Capitães da Areia* “fazem circular entre nós potências puras que inundam seu percurso existencial e expressam formas ilimitadas de criação, concedendo um estatuto mais nobre à vida”. As personagens vão eliminar o olhar de piedade, estranhamento e incapacidades dado aos pobres, em face de uma visão de resistência e criação (Cerqueira, 2010).

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar os modos de vida das crianças e adolescentes em situação de rua e os processos de judicialização dessa vida, e ainda, compreender como essas crianças e adolescentes reinventam-se e afirmam-se como contrários aos projetos de leis e políticas públicas que visam a proteção da criança através da apropriação de suas vidas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Refletir sobre as práticas da judicialização da vida dos meninos e meninas em situação de rua. Discutir as práticas de resistência e reinvenção cotidiana desses meninos e meninas, oportunizando o pensar no outro dentro de seus próprios termos, contra um saber acadêmico que desvaloriza os saberes subalternos.

### **METODOLOGIA**

O trabalho apresentou-se pelas narrativas, segundo a ideia de Walter Benjamin, como perspectiva metodológica. A narrativa, para Benjamin (1975), é uma forma de comunicação que propicia ao narrador relatar experiências através de ensinamentos. Para além de informações práticas e puras que só transmitem uma notícia, um romance tem a capacidade de perpetuar por gerações, produzindo reflexões e admiração.

A proposta de Walter Benjamin consiste em acreditar que a dimensão existencial pode ser compreendida através de uma narrativa (DUTRA, 2002). Desse modo, a trajetória dos contos permite a transmissão de experiências incapazes de serem vislumbradas em outra metodologia. Para esse filósofo alemão (1975, p. 66), “escrever um romance significa

chegar ao ponto máximo do incomensurável na representação da vida humana. De permeio com a plenitude da existência [...] o romance atesta a perplexidade profunda de todos os seres humanos”.

A experiência, continuamente vinculada à sabedoria e autoridade dos mais velhos, foi passada aos jovens através de discursos, histórias e provérbios, de forma extensa, e pela desenvoltura daqueles que sabem discursar. Contudo, ao longo dos anos, a transmissão da experiência tem sido silenciada, na qual a técnica de sentar e falar palavras duradouras ao longo de gerações, como lições, tornou-se miserável. No qual, os valores culturais rogam pela praticidade e conforto, os obstáculos devem ser evitados, e assim, libertados da experiência (BENJAMIN, 1987).

Uma narração para além da transmissão da história carrega consigo uma obrigação quanto à produção de uma reflexão crítica sobre o nosso discurso. A história é capaz de fazer o leitor não só compreender os fatos relatados, mas também de identificar-se com o objeto, com o seu sofrimento, e produzir uma avaliação crítica sobre suas concepções (GAGNEBIM, 1987). Assim, a fim de promover um olhar diferente aos meninos que vivem nas ruas do Brasil, foi utilizada, para a produção da narrativa, a obra de Jorge Amado, *Capitães da Areia*. O conto do escritor brasileiro fala de crianças e adolescentes que por diversas razões estão em situação de rua. A partir disso, e com a tentativa de dar voz a esses meninos, Amado (2015) incorpora elementos de sua cultura, mecanismos de sobrevivência e práticas de resistência aos modelos. Ademais, proporciona a abertura de um debate sobre as formas de coerção e punição que estes recebiam na década de 30. Assim, em meio à exclusão e marginalização dessas crianças, a obra questiona as instituições sociais de correção, que ao invés de oferecer proteção e cuidado, aumentavam o estigma desse grupo. Contrariando as normas sociais, Jorge Amado (2015) cria um herói nascido dos sulbaternos. Considerado perigoso pela polícia, as malandragens de Pedro Bala eram retratadas como arte por outros grupos menos favorecidos da região.

Os meninos e meninas de rua encontrados hoje pelas cidades brasileiras se identificam com os famigerados Capitães da Areia. Desse modo, a análise da obra foi enriquecedora ao permitir um encontro com a vivência desses meninos, um olhar diferenciado sobre o cotidiano do grupo subalterno e uma reflexão sobre a temática. A narração não foi feita apenas descrevendo os aspectos relevantes da obra de Amado (2015), mas também, construída com bases em reflexões e experiências vivenciadas dentro do Estágio Supervisionado na Primeira Vara de Infância e Juventude de Cariacica. Assim, muitos dos relatos descritos nesse trabalho nasceram de questionamentos e desconfortos trazidos por familiares e meninos que se encontravam em cenários similares.

Para a produção do trabalho acadêmico, juntamente com a reflexão literária, foi necessário o suporte de uma pesquisa bibliográfica para a discussão e legitimação da proposta. E quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa tem como preocupação fundamental “o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (GODOY, 1995, p. 62). Assim, a abordagem permite o contato direto com o ambiente e com o fenômeno estudado. Godoy (1995) complementa que os pesquisadores qualitativos dão mais importância ao processo do que ao produto ou resultado.

A pesquisa, por ser qualitativa, será descritiva, e segundo Gil (2002), estas têm como principal objetivo a descrição das características de um certo fenômeno ou população, sempre produzindo uma relação entre as variáveis.

## ANÁLISE DOS CONTOS

### PEDRO BALA

Um menino, um moleque de 15 anos, que cuidava de 100 crianças de 09 a 16 anos que moravam em um trapiche abandonado cheio de ratos. O famigerado Pedro Bala, líder desse bando de ladrões, tinha a pele desbotada pelo tempo, pelo uso abusivo e desuso de cuidados. Desbotou como uma roupa desgastada, como uma pele que fica ao Sol, que corre pelo centro e cais ou por lutar diariamente, procurando novas formas de sobreviver. Seu corpo era todo marcado pela falta e pelos excessos. Faltavam cuidados, comida, carinho e conforto, enquanto o Sol, o medo e as corridas eram abundantes. Seus pés eram marcados e expressivos, eles contavam uma história só de observá-los, eram pequenos, frágeis e machucados, porém, secos e firmes. Denunciavam as condições inóspitas e gritavam sobre as potências e superações.

Conhecido por alguns moradores, apesar da idade, era temido ou idolatrado. Desconhecido pelas autoridades locais, era visto como um menor procurado que atrapalhava a vida social e merecia ser punido. Estampado em um dos jornais famosos da Bahia, há um pedido: “Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias” (AMADO, 2015, p.11). E, para eles, só quem poderia cuidar desse bando era o Chefe da Polícia local. Em nenhuma daquelas páginas do notável jornal tinha um pedido de assistência aos jovens do trapiche. Tavares (2014, p. 64) irá lembrar que alguns grupos de pessoas são rejeitados pela sociedade, e, assim rejeitados, somente “são lembrados pelas ações proscritas”, ou seja, aquilo que foi contra a lei. Assim, é pela flexibilidade e versatilidade que aos poucos o malandro vai ganhar vida (CERQUEIRA, 2010).

Bala não conheceu a mãe, e seu pai foi um estivador famoso que morreu lutando pelo povo. Não se lembra de uma casa, não sabe o que é família e tudo que conhece são as ruas daquele local. Há dez anos ele vagabunda por ali, assim sabe de tudo e conhece bem do areal ao centro, qualquer venda ou quitanda, e não há nada que Pedro Bala não entenda.

Com farrapos e pés descalçados, enrolava qualquer homem de terno, conversava com adultos, planejava os trabalhos e tinha a autoridade de um chefe. A sua errância<sup>2</sup> ensinou-lhe tudo, como reinventar modos de vida e de sobrevivência. Sobre a prática da errância e a sua importância na produção da subjetividade, Jaques (2012, p.24) irá declarar que “o errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante”. Desse

---

<sup>2</sup>Errância - Diferentemente da concepção de engano ou de erro, a errância aqui será diretamente vinculada à ideia de experiência. “A etimologia da palavra *Erfahrung*: do radical *fahr*, usado no antigo alemão em seu sentido literal de percorrer, atravessar uma região durante uma viagem. Ou seja, esse tipo de experiência também está diretamente ligado à ideia do percurso, da experiência do percorrer e, assim, da própria ideia de errância” (JAQUES, 2012, p.19).

modo, o seu conhecimento sobre as ruas não é superficial, visto que ele é a própria cidade e se constitui a partir dela.

Para alguns, Bala não tinha educação e não tinha respeito, tampouco sabia o que era hierarquia. No entanto, todas essas características são visíveis nos Capitães, e ainda de uma forma atrevida, é possível alegar que neles eram ainda mais presentes, pois estas não eram apenas qualidades, ali tornavam-se leis.

Um episódio que demonstra tais características ocorre em um dia que chovia muito, diziam até que Xangô estava irritado. Todos os meninos se amontoavam em um pedaço do telhado, tentando se proteger na única telha que não estava quebrada. Alguns mais astutos corriam pelo areal em meio ao temporal. Foi nesse dia cinzento que Don'Aninha, dona do terreiro da Cruz de Opô Afonjá, apareceu no velho trapiche a procura de Bala. A mãe de santo contou que os policiais levaram Ogum, enquanto ele repousava em um altar de outro candomblé conhecido. Não era no terreiro de Don'Aninha não, pois este, nenhum policial tinha coragem de entrar. Antes de sair do trapiche com seu guarda-chuva branco, a mãe-de-santo ouviu Bala prometer que no outro dia Ogum estaria de volta.

Nas noites de raios, o local sem janelas e com buracos nas paredes ficava todo iluminado. Desse modo, por alguns segundos, as caras sujas e maltratadas dos meninos apareciam. Nessa hora, podiam perceber que não eram tão valentes assim, muitos ainda eram crianças e temiam os monstros lendários. Aqueles que não tinham medo, tentavam suportar o frio aconchegados uns aos outros.

Enquanto a chuva brigava com o vento, Pedro decidiu sair pelas ruas projetando seu plano mais custoso. Pois, roubar algo que está dentro da delegacia poderia levá-lo direto para o reformatório, e isto, era pior que a vida que tinha. No entanto, ele tinha certeza que aquilo que faria era correto, roubar da polícia nunca foi pecado, e por assim dizer também não era “roubo”, era devolver algo que pertencia ao terreiro, era fazer justiça. O plano era simples, mas audacioso, consistia em entrar na delegacia, passar a noite na sala dos detentos (espaço que estavam os objetos apreendidos) e sair pela porta da frente como inocente, escondendo a imagem do santo. Difícil era entender como o famigerado e procurado líder dos Capitães não seria reconhecido dentro da delegacia. Contudo, o menino sabia que apesar da reputação, nenhuma autoridade local reconheceria seu rosto. Ninguém repara nos traços dos moleques das ruas, para eles são todos iguais - meninos importunos, imundos e vestidos de trapos que ficam pelo mercado tirando a paz de outros trabalhadores.

Trabalho feito, fingindo ser o filho perdido de um saveirista, o moleque saiu com orgulho ao encontro dos outros meninos. Além de tudo, o líder agora era um menino herói. “Perícia, habilidade, sedução, artimanha, fascínio – é através da arte que o vagabundo vai se assenhorear do seu poder, do seu lugar no mundo” (CERQUEIRA, 2010, p. 55).

Com isso, as características supracitadas tornam-se evidentes. O respeito à Don'Aninha é inegável, a promessa não poderia ser desfeita, mesmo que isso custasse o que mais tinha apreço – sua liberdade. Foi educado em meio aos saberes subalternos, sabia tudo que um líder precisava saber, sabia mais que qualquer menino da sua idade. Inquestionável é o poder hierárquico, posto que existia a obediência a um chefe. O espanto foi ver o céu limpo e azul que enleava com as gargalhadas e com a correria de Pedro. Era Xangô feliz, e não havia um homem que duvidasse.

Pedro Bala vive a rua, se transforma e resiste para estar nela. Sua resistência não é estável, e, sim, de constante criação. Também não se caracteriza como uma resistência que somente se opõe ou desafia comportamentos impostos, considerados adequados socialmente, mas como uma defesa e um suporte contínuo, por meio de estratégias criativas de reinvenção de políticas de existência. Pois, “é comum sequestrar o que é estável, mas o aleatório e nômade escapa a todo instante dos aparelhos codificadores da sociedade” (VIESENTEINER, 2005, p. 3).

Pode-se compreender com Cerqueira (2010, p. 49) que é na arte da simulação que Pedro triunfa. A personagem tem a habilidade de mentir, furtar e enganar, além da flexibilidade para movimentos que lhe permitem desprender-se de tudo aquilo que o aprisiona. Nega as leis impostas e usa a ironia, logo, a graça, como principal ferramenta para demonstrar as imperfeições e fragilidades do mundo. Para alguns é apenas um “traidor do mundo [...] e da ordem estabelecida”. Para os apreciadores de Jorge Amado, Pedro Bala é mais do que um resistente às normas vigentes, é um menino que se relaciona pela simplicidade e que produz novos espaços de existência, inalcançáveis aos olhos da maioria, pois o quão absurdo seria para alguns sobreviver, almejar as ruas, ter que se reinventar todos os dias para adequar-se ao improvisado. Criar-se nas ruas e encontrar o extraordinário na errância.

Problematiza-se aqui que as histórias narradas sobre Pedro Bala afirmam uma reinvenção constante dos sentidos existências. Trata-se de uma ética que persegue sem ser capturado por moralidades que impedem a expansão da vida.

## **PROFESSOR**

Os meninos não conseguiam dinheiro, só através de furtos ou trabalhos no parque. Um dos mais velhos, João José, o professor, desenhava passantes na rua e assim ganhava alguns níqueis. O apelido foi dado devido aos furtos de livros que era sua especialidade. Esse magrelo, alto e estranho adorava ler, passava a noite tentando enxergar as letras miúdas para contar no outro dia para o bando. Lia qualquer coisa, mas preferia as histórias de personagens heroicos ou lendários. A paixão por contar histórias fazia com que os meninos sentassem ao seu redor quase todas as noites. Sem fazer nenhum barulho, com os olhos esbugalhados e brilhantes, eles podiam imaginar um mundo diferente. Assim, ainda tomados por aquela paixão, eles enchiam os pulmões e subiam as ladeiras da cidade com uma ânsia de aventuras e heroísmos. Não eram mais meninos, eram homens poderosos, justiceiros e destemidos.

Com um pedaço de giz, ele desenhava qualquer coisa nos chãos da cidade, nas escadarias ou em um papel velho. Era assim que ganhavam um dinheiro extra para o almoço daquele dia. Um dia desses no mercado, um senhor com roupas alinhadas e uma piteira grande estava passando, Pedro Bala logo assobiou para o professor para avisar que esse cara parecia ter dinheiro. O professor então desenhava o senhor magro, sentado ao vento, lendo o livro que carregava e fumando seu cigarro. O senhor muito cortês, chegou perto do desenho e espantado perguntou quem tinha ensinado tamanho talento. Mas ninguém tinha ensinado o professor, ele aprendeu por aprender, segundo o menino, nasceu sabendo e foi assim. O homem ainda incrédulo, porém dessa vez admirado, tirou um cartão do bolso e entregou para o magrelo juntamente com a piteira que segurava como forma de pagamento pelo desenho.

Os dois meninos não tiveram nem tempo de agradecer, já saíram tropeçando pelas pernas, pois o guarda estava chegando. Para limpar a piteira, usaram o próprio cartão do senhor. Por um lépido segundo, o líder do bando perguntou o porquê de não guardar o cartão. É a chance de uma vida diferente, uma fuga e um presente de Ogum. Contudo, o artista talentoso não era besta e sabia que dali não saía nada além de ladrões. Eram ladrões e quem liga para ladrões? Não passava de petulância ter um pensamento diferente.

Coimbra e Nascimento (2005) irão discutir a necessidade de desnaturalizar a concepção do jovem pobre como um ser perigoso. Para as autoras, algumas produções, principalmente no século XX, colocaram essa categoria como mais suscetível à criminalidade, promovendo hoje alguns efeitos que apontam para esse jovem como um ser não humano. Tais teorias são sustentadas pela união de duas concepções distintas, a primeira com os estudos sobre o desenvolvimento humano e a segunda com as produções teóricas em relação à pobreza.

Pesquisas contemporâneas sobre o desenvolvimento humano caracterizam, predominantemente, a juventude como um período de formação que carrega consigo algumas alterações típicas dessa fase. Assim, certas características como rebeldia, negação, plasticidade, curiosidade entre outras, são consideradas naturais dos jovens, logo, como imutáveis (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Em relação à concepção da pobreza, no século XIX, surge juntamente com as teorias racistas e com o movimento eugênico, a obra de Morel (1857), o “Tratado das Degenerescências”, no qual se promovia o conceito de “classes perigosas”, predominantemente associada aos pobres. Para Morel, as classes perigosas são pessoas variadas que não possuem a capacidade para a realização do dever social, muito menos a compreensão de moralidade, e não podem ser entendidas por nenhuma ordem religiosa. Dessa forma, são um perigo à sociedade. Ainda no século XIX, o estudo da Antropometria<sup>3</sup>, as teses de Paul Broca<sup>4</sup> e Cesare Lombroso<sup>5</sup>, contribuem para a fundamentação das teorias de Morel (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

Coimbra e Nascimento (2005, p. 3) complementam que “fora tais devaneios cientificistas” é possível encontrar cotidianamente expressões ou ideias que advêm desses pensadores. Por exemplo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido pelos seus feitos na ditadura, que afirma a existência de um bandido natural, aquele que nasce para o crime e que não é passível de educação. Após a discussão sobre o pobre em risco, surge uma preocupação com a infância e juventude na tentativa de intervir na composição de uma classe perigosa, posto que o jovem, seguindo os estudos científicos contemporâneos supracitados, é naturalmente detentor de comportamentos mais vulneráveis à delinquência.

Consequentemente, a personagem Professor, de Amado (2015), deixa de ser um artista para a cidade e passa a ser um peralta. “É através da imposição dessas medidas de verdade que os pobres se reconhecem. A moral adverte e recomenda o conformismo e retidão redobrada” (CERQUEIRA, 2010, p. 20). O artista então se perde e se

<sup>3</sup> Antropometria - registro ou mensuração das particularidades físicas dos indivíduos.

<sup>4</sup> Paul Broca (1824-1880) – neurocirurgião conhecido pelo trabalho em 1861 sobre a determinação das localizações cerebrais (GUSMAO, S.; SILVEIRA, R. L.; CABRAL FILHO, G., 2000)

<sup>5</sup> Cesare Lombroso (1835-1909) – psiquiatra e cirurgião, Lombroso foi o criador da teoria das disposições inatas para a criminalidade, tese que defende a ideia que é possível identificar perigosos natos pelas características anatômicas de cada ser (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005).

despotencializa, findado no conformismo que não há futuro se não aquele, logo, não há espaço para esperança de uma vida diferente.

### **SEM-PERNAS**

Um dos mais famosos Capitães de Areia, o Sem- pernas, chamado assim porque era coxo. O briguento, espião do grupo, se metia em tudo e ridicularizava aquilo que podia. Apesar das diversas pilhérias, era o malvado dos meninos. Um dia fez tanta judiação com um gato que entrou no trapiche que não tem como contar aqui, um garçom foi cortado de navalha somente porque o coxo queria um pedaço de frango. Embora tivesse uma voz estrídula e uma risada contagiante, o Sem- pernas era o garoto mais triste do areal. Por pena da vida que levava, revelava o ridículo para enganar a realidade do dia-a-dia. O pobre do menino nunca teve família, foi cuidado por um parente que o surrava diariamente, logo conheceu a liberdade através da fuga. Seu corpo ainda é marcado por dias de fome, cortes e abusos. Na rua, antes dos Capitães, não encontrou nada muito diferente do que passara, apanhava de soldados, sentia frio e solidão. Não gostava de rezar, não tinha tempo para esperar milagres ou a salvação, tinha pressa em sorrir para afastar aquela miséria. Por trás de toda pilhéria do Sem- pernas, há o desejo de vingança das senhoras que o abandonaram. “[...] O Sem- Pernas ficava pensando. E achava que a alegria daquela liberdade era pouca para a desgraça daquela vida” (AMADO, 2015, p. 44).

Foi possível ver o Sem- pernas sorrindo uma vez. Não era uma risada que nascia de um desdenho qualquer, era um sorriso calado que enchia os olhos de tamanha alegria. O Grande japonês era um modesto carrossel, simples e quebrado. A música que saía da pianola era antiga e suas cores originais não existiam mais, contudo mesmo enferrujado, fazia peregrinação por várias cidades encantando velhos, senhores e crianças abandonadas. O dono era Nhozinho França, uma pessoa famosa por aquelas “bandas”, conhecido porque era um senhor que adorava a vida, mas também porque bebia tanto que perdeu todo o parque pelo uso abusivo de álcool, sobrando só o Grande Japonês. O proprietário em uma das suas peregrinações encontrou o Volta Seca e o Sem- Pernas, foi assim que após algumas histórias de bêbado, os dois começaram a trabalhar no carrossel. O Sem- Pernas já tinha ido a um parque, pagou a entrada e não demorou muito para ser expulso porque estava vestido com farrapos. Mesmo triste, o pobre menino foi pedir o dinheiro de volta, mas o bilheteiro recusou a solicitação. Então, o coxo com um rápido movimento, pegou o dinheiro que estava na gaveta da bilheteria e desceu calmamente a Gamboa de Cima. Evidente que o moleque tinha levado muito mais do que havia pago, mas ele daria todo aquele dinheiro extra para dar uma volta no tão desejado carrossel colorido.

Agora o menino tinha uma nova chance no Grande Japonês e não via a hora de contar a novidade para o resto do grupo. No dia seguinte, os meninos levaram todo o bando para olhar o tão falado carrossel. O brinquedo podia ser velho, porém para os Capitães era lindo como um sonho que acalmava suas noites. Eram quase 100 meninos olhando, extasiados, mudos e apreensivos para girar no carrossel, seus olhos brilhavam mais que o céu da Bahia naquele dia. O colorido do brinquedo junto com a música que vinha da pianola deixou o professor tão maravilhado quanto suas histórias, ele apertava forte a mão de Bala como se algo incrível fosse acontecer. Entretanto, eles tinham que aguardar, pois o Sem- Pernas estava esperando a permissão para mover a máquina. Nhozinho França agora não era mais um bêbado, era um ídolo para os meninos e tinha que ser respeitado. Era tão querido como os santos do Pirulito, como o capoeirista Querido-de-Deus ou Don’Aninha. Aliás, Nhozinho

França era ainda mais admirado, visto que nenhum dos outros tinham realizado um milagre como este.

Não tem como esquecer a primeira vez que o Sem-Pernas subiu no carrossel. Subiu calado e tímido. Escolheu um cavalo azul com estrelas e montou ainda sem graça. Quando o brinquedo começou a girar, seus olhos estavam abertos, anestesiados pelas luzes, seus ouvidos não funcionavam mais, tudo que ele fazia era admirar aquele colorido. Ali não tinha espaço para as lembranças ruins, ele estava no lugar em que qualquer outra criança amada pelo pai e mãe gostaria de estar. O Sem-Pernas era igual a todos aqueles meninos que balançavam o bilhete desejando subir. Apertava os olhos com tanta força para não esquecer aquela cena e suas mãos estavam tão fechadas como se não fosse deixar aquela experiência fugir.

As consequências dos maus tratos não ficaram só pelo corpo do Sem-Pernas, além das cicatrizes e feridas, o coxo se relaciona por meio de violência e isolamento, transferindo para o outro toda a maldade que recebeu durante sua infância. Segundo Oliveira-Formosinho e Araújo (2002) os efeitos mais danosos da negligência ou dos maus tratos aparecem no desenvolvimento sócio-emocional, momento em que a criança se relaciona transportando a insegurança e o medo vivido em uma interação desajustada com seus pais ou cuidadores. As autoras complementam que tais crianças são mais suscetíveis ao isolamento, a falta de empatia e a agressividade. O Sem-Pernas, ao contrário dos meninos, teve a oportunidade de ser amado por algumas famílias, contudo, evadiu todas as vezes. Não por ser um adorador das ruas, pois este carregava tanta tristeza que não conseguia capturar as belezas pelo caminho, mas, pelo receio de um novo desapontamento. Se algum dia conheceu o afeto, as surras diárias fizeram o favor de apagá-lo. O mais impiedoso dos Capitães também é o que mais lamenta sua vida, mal conseguia dormir com medo dos pesadelos que não passavam de recordações. O mais perverso dos capitães, era um menino triste que não se permitia mais ser negligenciado.

Além da fome, da pobreza e do abandono, os meninos ainda enfrentavam uma epidemia. Aquela era uma época de Varíola, doença que atingiu toda cidade. Os jornais da cidade salientavam a necessidade de uma vacina, os candomblés cantavam e faziam barulho na tentativa de abrandar Omulo, santo responsável por mandar a bexiga. Gritavam que era a vingança de Omulo contra a ganância dos ricos. Contudo, os afortunados se protegeram e o rei das Florestas Africanas, que era rei dos pobres, não entendia nada de vacina. O primeiro dos Capitães a pegar foi Almiro. Barandão, seu companheiro de amor (amor que era proibido por Bala) saiu vozeando pelo grupo, “Almiro está com bexiga, sai de perto!” Como nenhum dos líderes estava lá, o problema ficou sobre o domínio do Sem-Pernas, justo ele que acordou bem arredio nesse dia.

Enquanto todos apontavam, espantados por causa das bolhas de Almiro, o sangue frio do Sem-Pernas já foi decretando: “Ele vai sair daqui agorinha mesmo. Vai se meter em qualquer canto da rua até que os mata-cachorro da saúde pegue ele e leve pro lazareto” (AMADO, 2015, p. 141). O Volta-Seca, por sorte, chegou na hora que o desalmado chutava o Almiro e gritava para o Pirulito largar a reza, porque pior que o bexiguento era a romaria do Pirulito no seu ouvido que não findava.

Após controlar a situação, ficou decidido, os meninos iam esperar o Pedro Bala. O líder não tomou a decisão sozinho, pediram ajuda para o padre José Pedro, a quem eles tinham

muito apreço. O padre logo informou sobre a lei que lhe obrigava a denunciar qualquer caso de varíola para que fosse encaminhado ao lazaredo. Mas, todos sabiam que aquele lugar era miserável e que ninguém saía vivo de lá. Os meninos estavam confusos e irresolutos, que lei é esta que obriga a morrer sozinho e desgraçado? Então, ficou decidido que eles levariam o doente para a casa de sua mãe, uma lavadeira que não tinha notícias do filho há anos.

O segundo a pegar a doença foi o Boa-Vida, mas este não alarmou o grupo, foi voluntariamente para o leprosário. O menino tinha medo que o grupo pegasse a varíola e não almejava colocar em risco aqueles irmãos que lhe acolheram. Saiu devagar, a cada passo era apreciado, ele estava se despedindo da cidade e das ruas, coisa que os moleques mais amavam, posto que “ninguém ama sua cidade como os malandros” (AMADO, 2015, p. 155).

Lancetti (2008) anuncia a importância da cidade quanto ao “estar em movimento”, estar em contato com o outro, participar do fluxo e de tudo que o espaço possa oferecer. Estar aberto às surpresas possibilita novas subjetivações. Para o autor, grande parte das ideias é advinda de uma caminhada pela cidade.

Sujo, esfomeado e triste, Barandão parou para olhar aquela rua e imediatamente, todas as nobres lembranças do local começaram a despertar. Aquele asfalto guardava as melhores brigas, os furtos mais difíceis, seus momentos mais tristes e felizes. Como ninguém, o verdadeiro dono da cidade sabia a hora que o padeiro despertava, conhecia cada grito da baiana e os horários das rondas daqueles malditos policiais. Barandão suspirou mais uma vez e sentiu-se carregado de saudade.

### **A BELA DORA**

Após vários pedidos e canções, Omolu decidiu ir para o sertão e levou consigo a varíola. Entretanto, a tristeza pelas mortes e pelas lembranças do sofrimento no leprosário ainda circulavam pela cidade. Um dia, duas crianças sozinhas apareceram na feira do mercado, já era comum ver andantes, filhos de bexiguento pedindo comida. A menina, Dora, foi uma que fugiu da casa dos vizinhos arrastando seu irmão, Zé Fuinha, depois da morte dos pais.

Após alguns dias perambulando pelo mercado atrás de emprego, os dois sentaram na sombra para descansar os pés que estavam queimados em virtude do asfalto ardente. Enquanto Dora foi mendigar algum pão para o padeiro, dois moleques estranhos sentaram perto do Zé Fuinha para conversar. Dora, sempre muito protetora, saiu arretada puxando o irmão pelo braço. Zé Fuinha não tinha jeito, se enturmava com qualquer um, já não bastava a fome, a exaustão e a saudade dos pais, ainda tinha que aturar as travessuras do irmão.

Mas, apesar de suspeitos, não queriam fazer mal algum. João Grande e o professor até ofereceram um lugar para dormir. Chegando ao trapiche, os garotos se aproximaram de Dora, não havia mulher no esconderijo, e aquela menina, bela com os seios crescendo, ia fazer a felicidade de todos.

Quando Pedro Bala chegou, a menina já estava assustada, o professor tinha sido ferido tentando protegê-la e o João Grande estava com um punhal na mão contendo o resto do bando. O negro implorava “Não é uma puta, é uma menina, não vê que é uma menina?”

(AMADO, 2015, p. 172). Depois de muito rogar, conseguiram convencer o líder a deixá-la em paz, contudo, ela só iria passar a noite e nada mais que isso!

O sorriso doce da menina encobria sua coragem, já estava cansada de ser considerada frágil e queria ser um capitão. Cortou uma calça que achou jogada em meio a sujeira dos meninos, pegou uma blusa tão larga que servia como vestido, amarrou o cabelo loiro maltratado e anunciou que ia para as ruas surrupiar alguns senhores. O Bala não aguentou e se jogou ao chão de tanto gargalhar. Mas a garota era atrevida e afirmou que eles não eram homens para mandarem nela, era um bando de meninos. Pedro Bala se conformou, não quis admitir para não perder a marra de valente, mas na realidade, gostava da menina.

Dora sai de um lugar entendido como protegido - do conforto da casa dos pais e perde uma vida regrada aos atos cotidianos. Vai às ruas somente com alguns níqueis que ganhou daqueles que tem sentimento de pena, encontra um bando de meninos e os afronta. Se reinventa constantemente, cria novos significados para a vida. A filha antes submissa, abdica de valores considerados essenciais e se transforma, faz desaparecer funções prioritárias e as reelabora, cria novos afetos e tudo aquilo que for necessário para a condição de seu percurso. Retira suas vestes e prende seu cabelo, a feminilidade e os vestidos agora a atrapalham, cede ao desconforto e a vida de furtos. Ao sentir e se movimentar, a bela menina se encanta com o novo e abre possibilidades para aquilo que ela “pode ser” (CERQUEIRA, 2010). “A alteração dos registros de significação, a rejeição da constituição íntima das coisas, pessoas e revelações de força compõe a estratégia fundamental para a invenção de si” (CERQUEIRA, 2010, p. 49).

Aos poucos, Dora foi perdendo o medo da cidade, andava pelos becos, ladeiras e corria como se estivesse sozinha nas ruas. Já amava aquele perigo e se sentia segura com os novos irmãos. Para Tavares (2014), a criança atualmente é foco de políticas públicas, é nela que se coloca o sentimento de “esperança para o futuro”. Assim, para além do cuidado com o este ser considerado frágil e imaturo, há uma tentativa de colonizar o tempo. Se a criança é considerada o futuro, logo, ao protegê-la ou discipliná-la, estamos tentando controlá-la. Tentando sim, pois este é imprevisível e incerto. A personagem Dora, de Amado (2015), contraria essa lógica, ela desconsidera o porvir e vivência apenas do acaso. Do mesmo modo, revela a superação de muitos meninos de rua que ao perder sua estabilidade se recriam frente às dificuldades. Com flexibilidade e desapego, a menina se permite experimentar, não tem medo de conhecer e não se conforma com o seguro, não aceita assim, apreender-se pelos velhos modelos (TAVARES, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Jaques (2012) descreve os moradores de rua como os “Outros urbanos”, possuidores de uma radicalidade explícita em que a experiência errante é anônima e ganha os espaços públicos de forma dissensual. Anônima pela preferência de mantê-la invisível, considerando a quantidade de projetos sociais que são uma tentativa de produção da assepsia. Dissensual pela promoção da alteridade, da construção do diferente e pelo contraste que causa. Os Capitães da Areia, assim como os meninos de rua encontrados hoje em nossa sociedade, são capazes de enfatizar algumas experiências erráticas que realçam uma vida coletiva e negam o pensamento centralizado e único. Através de andanças é possível apreender a cidade, “o errante vai de encontro à alteridade, ao Outro, aos vários Outros” (JAQUES, 2012, p. 23). Dessa forma, é possível compreender como as narrativas de Pedro

Bala encantam, pois trazem a experiência daquele que enxerga a cidade de uma forma única, daquele que é único e em sua maioria, não é compreendido, pois visualiza a rua não só como uma moradia ou passagem, mas como possibilidade para diferentes experiências.

Pelo direito de uma construção singular, esses meninos resistem à produção de uma história linear, fixa, programada e tradicional, na qual resistir não significa somente enfrentar, mas produzir outras multiplicidades diante das restrições. (CERQUEIRA, 2010).

O fascínio em Jorge Amado é por criar personagens famélicos pela inversão da tristeza, deixando de apresentá-los apenas pelo sofrimento e conseguindo retirar de cada personagem a potência para além das limitações. Então é possível um olhar crítico ao papel dos saberes PSI e do Direito, que somente visualizam a impotência dos errantes e deixam de vislumbrar o discurso de liberdade quanto a produção de constante alteridade. Ademais, há a necessidade da análise de implicações e do exercício do pensamento crítico, para que esses detentores do saber científico não reforcem o conformismo vigente.

Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, [...] O que falta é uma Nomadologia, o contrário de uma história. [...] Os nômades inventaram uma máquina de guerra, contra o aparelho de Estado. Nunca a história compreendeu o nomadismo [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1980 apud JAQUES, 2012, p. 23).

Nenhuma referência poderia ser mais adequada a esse trabalho que o “Cântico Negro”, de José Maria dos Reis Pereira. O poema são como as vozes e os pedidos dos Capitães da Areia à população da Bahia, é uma afirmação que a maioria das instituições que tentam promover “benevolência” aos meninos de rua, é distante da realidade dos mesmos, é a negação de padrões estabelecidos e o reconhecimento de uma nova possibilidade de vida. “Se ao que busco saber nenhum de vós responde Por que me repetis: vem por aqui!? Prefiro escorregar nos becos lamacentos, redemoinhar aos ventos, como farrapos, arrastar os pés sangrentos, a ir por aí ...” (PEREIRA, 2006).

Os meninos e meninas de rua do conto não são distintos dos errantes brasileiros, pois almejam a escolha da liberdade. Em nenhum instante desse trabalho, foi defendida a ideia que é preciso renunciá-los, tampouco de acreditar que suas estadias são decisões genuínas. Contudo, o objetivo é afirmar a existência de uma vida diferente que não é unicamente formada de hostilidade e sofrimento.

“O mais que faço não vale nada. Como, pois, sereis vós que me dareis impulsos, ferramentas e coragem para eu derrubar os meus obstáculos?” (PEREIRA, 2006). Como os saberes PSI e do Direito podem ter recursos para oferecer uma vida digna e protegida aos meninos de rua, se são os mesmos saberes que, por muitas vezes, desqualificam as práticas dos errantes e o julgam como perigosos ou inferiorizados? Por um comportamento ético que valoriza a alteridade, é preciso de antemão nos questionar a quem de fato estamos garantindo direitos ou se estamos reforçando as ideologias que desconhecem e apagam a história de vida destes meninos. Dora, a bela personagem de Amado (2015), foi retirada de seu ambiente e em “nome da proteção” foi colocada em um abrigo religioso, como os inúmeros abrigos presentes no estado do Espírito Santo.

Para educadores, conselheiros e pais sociais, a institucionalização de Dora (Amado, 2015) foi uma oportunidade de se livrar da vida criminosa, de estar protegida, de alimentar-se e de

ocupar-se, pois assim ela evita pensamentos perniciosos (TAVARES et al., 2011). “Vem por aqui, dizem-me alguns com os olhos doces. Estendendo-me os braços, e seguros de que seria bom que eu os ouvisse” (PEREIRA, 2006). Acreditando ser um ato benevolente, os projetos sociais produzem modelos hegemônicos e discursos higienista (TAVARES et al., 2011). Fora que tais ocorrências ignoram o processo de subjetivação do institucionalizado, colocando-o em espaços diferentes de suas crenças e domesticando suas ações. Há uma discussão nas instituições de proteção da criança e do adolescente quanto à falta de responsabilização do Estado após a avaliação do saber PSI ou da decisão dos Saberes do Direito. A Vara da Infância e Juventude, órgão responsável pela proteção de crianças e adolescentes avalia a ação, atende aos requeridos e requerentes, fabrica um parecer e toma uma decisão. Posteriormente ao despacho, o processo é arquivado, porque não há acompanhamento da ação, logo, não investiga-se o efeito nos “beneficiados” da decisão tomada pelo Poder Judiciário. Desse modo, em sua maioria, as consequências das sentenças só serão avaliadas se houver uma nova denúncia.

Para Machado (1999), a ética é um exercício do pensamento, uma avaliação contínua e incessante sobre moralidade. “É a educação do caráter visando à felicidade, a vida justa e livre” (MACHADO, 1999, p. 3). Segundo a autora, a manutenção constante é necessária, visto que o bem/mau e certo/errado são conceitos instáveis que foram modificados durante a história. Para além disso, o comportamento ético não diferencia-se da ontologia do ser, logo entende o sujeito a partir da sua “produção e dos seus modos de existência” (MACHADO, 1999, p. 9), já que, ao compreender a história do sujeito, a ética anuncia a existência da alteridade e da liberdade.

Ao exercício ético não cabe a aceitação de formas de coerção, tampouco da reprodução de modelos legitimados ou aplicação de regras preestabelecidas. Não visa à submissão de processos que impedem a criação ou vedam a possibilidade de se arriscar, como de experimentar outras formas de pensar (MACHADO, 1999). Frente à multiplicidade, os saberes PSI devem, sobretudo, renunciar ao sedentarismo para a produção de um exercício do pensamento e, assim, negar qualquer processo que reproduza a estigmatização, rotulação e condenação dos meninos e meninas de rua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J. **Capitães da areia**. 28 ed. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2015.

ALMEIDA, F. S. **Compondo a aquarela da vida de meninos e meninas de rua no município de Vitória**. UFES, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, W. **O Narrador**. Observações acerca da obra de Nicolau Lescov. Tradução: Erwin Theodor Rosental. In: *Textos Escolhidos (Coleção Os Pensadores)* 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 115-119

CERQUEIRA, M. **Pobres, Resistência e Criação**. São Paulo: Cortez, 2010.

COIMBRA, C. NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Jovens – Revista de Estudos sobre Juventude**, 9(22), jan/jun, 338-355. México: 2005. Disponível em:  
<[http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf)>  
. Acesso em: 20 ago. 2015

DUTRA, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estud. psicol.**, Natal, 2002. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

GAGNEBIN. J. M. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: Benjamin. W. :**Magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.7-19

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 2, p. 57-63, Apr. 1995 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 nov. 2015.

GUSMAO, S.; SILVEIRA, R. L.; CABRAL FILHO, G.. Broca e o nascimento da moderna neurocirurgia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo , v. 58, n. 4, p. 1114-1152, Dec. 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X2000000600028&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2000000600028&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2015.

JAQUES, P.B. **Elogios aos Errantes**. Salvador : EDUFBA, 2012.

KUNZ, G. S. Narrativas de andanças nas ruas de Vitória. In: Ana Maria Petronetto Serpa; Eugenia Célia Raizer. (Org.). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência** (2005 -2012). Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, v. 368, p. 01-368, 2012.

LANCETTI, A. **CLÍNICA PERIPATÉTICA**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

MACHADO, L. D. O rei está nu. IN:BARROS, M. E. (org.) **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos da judicialização. **Psicologia & Sociedade**. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2012. P. 39-44.

OLIVEIRA, C. F. B.; BRITO, L. M. T. Judicialização da vida na contemporaneidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 33. p. 78-89. 2013 . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932013000500009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000500009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mai. 2015.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAUJO, S. B.. Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso. **Educ. Pesqui.**, São Paulo ,2 ed. v. 28, p. 87-103. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

PELÚCIO, L. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer**. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, n. 2, p. 395, 2012.

PEREIRA, J. M. R. **Poemas de Deus e o do Diabo: Cântico Negro**. Quasi Edições, 2006.  
TAVARES, G. M.; et al. A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. **Psicologia & Sociedade**, 23(1), 94-102, 2011.

TAVARES, G. M. Carta à Infância. In: BERNARDES, A. G., TAVARES, G. M., MORAES, M. **Cartas para pensar: Políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014. P.61-68.

VIESENTEINER, J. L. **Resistência e reinvenção: o estatuto da ética em Deleuze**. 2005.  
Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16661632/O-estatuto-da-etica-em-Deleuze#scribd>>.  
Acesso em: 20 out. 2015